



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.36.91.AO01>

“Acho que homem... não é para ele essa profissão”: contrapontos de gênero no trabalho doméstico

"I think that man... this profession is not for them":
gender counterparts in domestic labor"

Maria Chalfin Coutinho

Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina,
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, maria.chalfin@ufsc.br

Tielly Rosado Maders

Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina,
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, tiellypsi@gmail.com

Camila Trindade

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil, trindadecami@gmail.com

Liandra Savanhago

Programa de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina,
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, liaasav93@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo evidenciar contrapontos de gênero presentes no cotidiano do trabalho doméstico remunerado e não remunerado. O serviço doméstico contempla um significativo contingente de trabalhadoras no Brasil e, apesar de sua recente regulamentação, grande parcela permanece na informalidade. No Brasil estes serviços são desenvolvidos majoritariamente por mulheres negras, provenientes de famílias de baixa renda e escolaridade e guardam traços da sociedade colonial escravista. Foram realizadas entrevistas com um total de 10 diaristas atuantes na Grande Florianópolis, nove mulheres e um homem. As diferenças identificadas nas falas das/o diaristas apontam para formas específicas de relações que se estabelecem no cotidiano de trabalho. Nesta

perspectiva, foi possível identificar relações marcadas por estereótipos de gênero, com traços da herança escravista, e também permeadas por referências que constituem o mundo do trabalho no sistema capitalista.

Palavras-chave: trabalho doméstico; gênero; cotidiano.

Abstract

This article aims to put in evidence gender counterpoints present in the daily work of paid and unpaid domestic work. The domestic service includes a significant contingent of workers in Brazil, and despite its recent regulations, a large portion remains in informality. In Brazil, these services are mainly developed by black women from low-income families and low instructional level, and keep traces of a colonial and proslavery society. Interviews were made with a total of 10 cleaners from Grande Florianópolis, nine women and one man. The differences identified in the cleaners interviews points to specific labour relations. In this perspective, it was possible to identify relations marked by gender stereotypes with traces of the slave heritage and and also permeated by references that constitute the world of work in the capitalist system.

Keywords: domestic work; gender; daily life.

Introdução

O trabalho doméstico é usualmente associado a uma atividade feminina. No Brasil, a parcela de mulheres inseridas nesta ocupação é significativamente maior quando comparada à fração de homens e constitui-se, ainda hoje, como uma importante porta de entrada para o mercado de trabalho. A partir do Censo de 2010, Melo e Thomé (2018) apontam que somente no ano de 2010 outras atividades remuneradas - como o comércio, o ensino, serviços de saúde e sociais - superaram o serviço doméstico como principal ocupação remunerada entre as mulheres (ib., p. 109).

As atividades domésticas são essenciais para a reprodução da vida social e, na sociedade brasileira, assumem configurações próprias dos processos de colonização e escravização. Nesse sentido, considerando a sua base histórica, podemos considerar o trabalho doméstico uma das espécies mais remotas de trabalho assalariado. Apesar disso, o reconhecimento legal e a aquisição de direitos da categoria no país são bastante recentes e vem provocando mudanças nas relações de trabalho entre contratantes e contratadas/os, gerando debates e reflexões na sociedade civil e espaços de pesquisa científica. Tal cenário almejou o desenvolvimento de uma pesquisa, que teve como propósito compreender as práticas e o cotidiano de trabalhadoras de serviços domésticos.

No curso da pesquisa ficou evidenciado que, para além do trabalho doméstico remunerado, com ou sem vínculo formal, as trabalhadoras também se responsabilizam pelo trabalho doméstico não remunerado em suas residências, corroborando com o resultado de outros estudos sobre trabalho feminino . A pesquisa foi efetivada com a participação de trabalhaes/as domésticos/as diaristas (sem vínculo empregatício) e mensalistas (com registro formal na carteira de

trabalho) atuantes nas regiões da Grande Florianópolis (SC) e Baixada Fluminense (RJ).

Este artigo é um recorte da pesquisa mais ampla e buscou evidenciar contrapontos entre o trabalho doméstico remunerado e não remunerado presentes no cotidiano de diaristas, um homem e nove mulheres, a partir da ótica do gênero. As dez pessoas entrevistadas atuam nos serviços informais na região da Grande Florianópolis/SC.

Para compreender o cotidiano de pessoas que atuam no setor de serviços domésticos é inegável a necessidade de entrelaçar diferentes categorias de análise, entre essas, classe, raça e gênero. Na presente proposta daremos ênfase às articulações entre as categorias trabalho e relações de gênero, no contexto do trabalho doméstico. Sem pretender esgotar as discussões sobre as temáticas em tela, apresentamos algumas reflexões teóricas para subsidiar nossas análises. O artigo foi organizado da seguinte forma: primeiramente pontuamos aspectos da literatura do trabalho doméstico e gênero; em seguida explicitamos os procedimentos metodológicos a partir dos quais foi desenvolvida a pesquisa em questão. Após isso, apresentamos os resultados obtidos na pesquisa mais ampla, divididos em três Núcleos de Significação: trajetórias, trabalho e vida cotidiana e sentidos atribuídos ao trabalho doméstico. No presente recorte discutiremos os atravessamentos de gênero que perpassam as relações cotidianas e de trabalho das entrevistadas diaristas, os quais destacaram-se em cada núcleo. Por fim, expomos as considerações finais.

Trabalho doméstico e questões de gênero

Na América Latina a origem do trabalho doméstico é entrelaçada com o trabalho escravo, no qual as mulheres eram responsáveis por todas as atividades relacionadas ao cuidado e bem-estar das famílias e as realizavam nas residências dos senhores (Nascimento, 2009). Neste período histórico, as relações que se estabeleciam entre patrões e escravas eram baseadas na oferta de benefícios (alimentação e moradia) e não, propriamente, na remuneração das atividades desenvolvidas (Teixeira, Saraiva & Carrieri, 2015).

Com a abolição da escravatura, gradativamente, o serviço doméstico passou a ser a principal porta de entrada para o mercado de trabalho das ex-escravas, assim estas ocupações podem ser consideradas uma continuidade do trabalho escravo desenvolvido anteriormente (Teixeira, Saraiva & Carrieri, 2015). Nessa perspectiva, Soratto (2006, p.53) evidencia que “ocupar o lugar da escrava é colocar-se em posição servil e a servidão é mais um dos elementos, senão um dos mais importantes, ligados à desqualificação, desvalorização e rejeição dos serviços domésticos”.

Fontoura, Lima e Chermem (2015) contribuem para esse debate destacando que o serviço doméstico remunerado continua sendo uma relevante ocupação feminina, em especial, dentre as mulheres negras. A partir da análise comparativa de Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar, Melo e Tomé (2018) identificaram que o trabalho doméstico remunerado empregava, em 2005, 17,4% das mulheres

ocupadas, já em 2015 correspondia a 14,7%, o que corresponde a um contingente empregado de trabalhadoras domésticas no Brasil de 5,7 milhões. Desse modo, as autoras entendem que “A diferença de 10 anos que separa esses dados mostra uma situação praticamente idêntica” (id., p. 116). Tais dados evidenciam o papel importante deste trabalho na ocupação de grande parte das mulheres brasileiras.

Ao longo da história, o trabalho doméstico vem apresentando novas configurações e tornando-se objeto de pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais (Brites, 2013). De acordo com Bandeira e Melo (2013), a partir da década de 1970, junto as transformações no mundo do trabalho, houve o ingresso acentuado de mulheres no mercado, acentuando a divisão sexual do trabalho. Ao serem, cada vez mais, incorporadas no campo produtivo, as mulheres passaram a sofrer exploração de forma acentuada, pois se inserem em atividades subalternizadas, precarizadas e desvalorizadas, como é o caso dos serviços domésticos (Matsumoto, 2017).

As transformações acerca do lugar ocupado pelas mulheres no mundo do trabalho implicaram na problematização no campo acadêmico sobre as ocupações de homens e mulheres na divisão sexual do trabalho. De acordo com Melo e Tomé (2018) foram as feministas francesas que primeiro apontaram para as relações de poder dos homens em relação às mulheres, para as quais são atribuídos os trabalhos desvalorizados, de reprodução da vida no espaço doméstico. A valorização dos trabalhos masculinos de produção de bens produz uma hierarquia entre homens e mulheres. Para Diogo (2012, p. 732) as desvalorizações associadas ao trabalho feminino “geralmente passam despercebidas, como se tudo não passasse de um construto biológico”, em que a mulher ainda é apresentada como tendo uma “natureza” específica que a direcionasse para atividades de prestação de serviços.

Para a mesma autora, “as pessoas fazem história, desenvolvem-na sobre a base herdada pelas gerações anteriores, reproduzindo-a ou modificando-a de acordo com suas necessidades, numa dialética que envolve continuidades, rupturas, processualidades e mútua constituição entre sujeito e sociedade” (2012, p. 732). Desta forma, devemos estar atentos às rupturas que se deram, de diferentes formas, a partir das relações de classe/raça/gênero. No mercado dos serviços domésticos, as famílias contratantes são, geralmente, oriundas da classe média e alta da população, pois para essas famílias é possível externalizar as funções de manutenção do lar (cuidado de crianças, idosos e animais; limpeza; alimentação; higiene) e, desse modo, é viável a inserção das mulheres em outras atividades laborais remuneradas. Ou seja, o trabalho doméstico “ao mesmo tempo que absorve e retém as mulheres, em especial, as mais pobres, negras e menos escolarizadas, é, também, fundamental para a libertação de outras mulheres para o ingresso no mercado de trabalho” (Brites & Picanço, 2014, p. 131).

Podemos dizer, assim, que o trabalho doméstico remunerado persiste, como um espaço de desigualdade de gênero e classe, étnicas e raciais, e também de origem geográfica (Brites, 2013). Matsumoto (2017) observa que o trabalho feminino está imerso em relações sociais construídas historicamente de maneira desigual, hierarquizada e contraditória; tanto nos conflitos existentes na relação

capital-trabalho, quanto no sistema de dominação existente do gênero masculino sobre o gênero feminino, sendo que essas relações se realizam por intermédio da união dos espaços de produção e reprodução da vida em sociedade.

Para compreender os serviços domésticos e as narrativas produzidas neste contexto é necessário, de acordo com Brites (2007), ir além do estudo das relações entre as mulheres e analisar a trama de relacionamentos domésticos, considerando critérios de gênero, idade e classe na distribuição das competências alocadas a cada personagem da cena doméstica. Nesse sentido, em sua conhecida análise sobre a questão de gênero, Joan Scott (1995), a partir dos trabalhos de Natalie Davis (1975), afirmava a importância do interesse pela história tanto dos homens quanto das mulheres, pois os estudiosos do campo não deveriam tratar apenas do sexo sujeito, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Diante dessas colocações, destacamos a importância de pensar o serviço doméstico contrapondo lugares masculinos e femininos, afinal esses serviços envolvem um sem número de atividades exercidas em diferentes contextos e relações de trabalho.

Quando observamos a definição legal de “trabalhador doméstico”, vemos que engloba ocupações bastante diversas, desde: cozinheiro(a), governanta, babá, lavadeira(o), faxineiro(a), vigia, motorista particular, jardineiro(a) até acompanhante de idosos e caseiro(a) (Brasil, 2015). A vasta gama de atividades consideradas como trabalho doméstico revela a imprecisão na delimitação de diferentes funções e desconsidera importantes diferenças e especificidades de cada uma, impedindo demarcações mais precisas quando se estabelece um contrato de trabalho entre contratantes e empregadas e possibilitando maior exploração e precarização do trabalho.

No que tange aos parâmetros legais é importante destacar que apenas recentemente, a partir da aprovação da chamada PEC das domésticas (Proposta de Emenda Constitucional n. 72/2013) e de sua regulamentação em 2015 (Lei Complementar n. 150), as trabalhadoras domésticas brasileiras tiveram seus direitos trabalhistas equiparados aos de outros trabalhadores formais. O longo silenciamento e falta de visibilidade do trabalho doméstico remunerado na legislação trabalhista pode ser remetido à desigualdade que historicamente tem cercado o serviço doméstico remunerado, caminhando junto com a inferioridade consagrada ao papel feminino (Bandeira & Melo, 2013). Mesmo com a recente ampliação da legislação protetora do trabalho doméstico, há que se considerar que somente trabalhadoras com registro formal teriam acesso aos novos direitos. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017) indica um aumento da formalização do emprego doméstico, com o crescimento das trabalhadoras com carteira assinada, de 17,8% em 1995, para 30,4% em 2015, com diferenças significativas quando se compara as diferentes regiões do Brasil. As regiões sudeste e sul (onde nossa investigação aconteceu) estão entre aquelas com maior taxa de trabalhadoras domésticas com registro em carteira. Outra tendência apontada pelo estudo, foi o crescimento do número de “diaristas”, contexto do/as entrevistado/as do presente artigo, que atuam em várias residências e sem carteira de trabalho assinada, ou seja, sem respaldo legal. As trabalhadoras domésticas

sem vínculo formal de trabalho correspondiam, em 1995, a 18,3% da categoria, já em 2015 o número de “diaristas” aumentou para 31,7% (IPEA, 2017). A partir destas informações, pode-se dizer que mesmo diante da nova legislação trabalhista, uma significativa parcela das trabalhadoras não tem garantia de direitos e proteções relativas ao serviço doméstico.

De acordo com Coutinho, Borges, Graf e Silva (2013) a ocupação de diarista é uma modalidade de trabalho informal bastante tradicional no mercado de trabalho brasileiro. As autoras entrevistaram diaristas atuantes no mercado informal, as quais valorizavam essa forma de inserção no trabalho doméstico remunerado por possibilitar maior controle sobre as atividades e sobre os modos de operar, embora não eliminasse dificuldades inerentes à informalidade, tais como a imprevisibilidade dos serviços e da renda e a falta de seguridade social. Sem dúvida, a regulamentação e equiparação tardia da categoria, junto à inconsistência de sua definição, contribuem para a baixa valorização deste trabalho e para reprodução de outras desigualdades históricas presentes em sua conjuntura.

Procedimentos metodológicos

Como já mencionado, apresentamos aqui um recorte de pesquisa, com foco nas trabalhadoras domésticas sem vínculo empregatício, denominadas aqui como “diaristas”. Foram entrevistadas um total de 10 diaristas atuantes na região da Grande Florianópolis, nove mulheres e um homem. As pessoas pesquisadas foram localizadas por meio do procedimento conhecido como “bola de neve”, em que a indicação de amigos ou conhecidos possibilitou a formação de uma rede de contatos. Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH), todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para realização das entrevistas.

A pesquisa é de cunho qualitativo, pois preocupa-se com um nível de realidade que necessariamente não precisa ser quantificado. Para a realização da mesma, foram efetuadas duas entrevistas com cada participante, ancoradas em um roteiro semiestruturado organizado nos seguintes campos temáticos: cotidiano de vida e trabalho, trajetórias laborais e escolares e projetos de vida. As entrevistas foram gravadas em áudio e aliadas ao uso de duas outras ferramentas: fotografia e agenda colorida. Entre as diversas modalidades do uso de fotografias na pesquisa, optamos por usar os recursos imagéticos na função auto fotográfica, tal como propõem Borges e Coutinho (2011). Assim, as fotografias foram produzidas pelas participantes após o primeiro encontro, quando solicitado que registrassem cenas do seu cotidiano de trabalho. Posteriormente, as participantes escolhiam 6 fotografias e discorriam sobre elas. A técnica da agenda colorida, por sua vez, consiste em uma tabela com os dias da semana e horários, na qual as entrevistadas preenchem com informações sobre a sua rotina semanal atribuindo cores diferentes para cada atividade e, posteriormente, discorrem sobre tais registros (Soares & Costa, 2011).

As entrevistas foram gravadas e transcritas, para a posterior análise do material produzido. Assim, é importante pontuar que as análises foram realizadas

a partir dos discursos do/as participantes sobre suas produções, imagéticas ou gráficas, e não sobre as produções em si. Após a transcrição das entrevistas, as análises das narrativas foram inspiradas na proposta dos núcleos de significação de Aguiar e Ozella (2013). Inicialmente foram realizadas leituras flutuantes das transcrições das entrevistas, as quais permitiram a familiarização com seu conteúdo. Em seguida, iniciou-se o processo de aglutinação, composto por três etapas sucessivas, de modo a organizar os pré-indicadores, os indicadores e, por fim, os núcleos de significação.

A partir do material analisado foram organizados três grandes núcleos, a saber: a) trajetórias, b) trabalho e vida cotidiana e c) vivências. O recorte aqui apresentado aborda discussões presentes nos dois primeiros núcleos de significação.

Trajетórias, Trabalho e Vida Cotidiana

Investigar o processo de constituição dos sujeitos a partir de suas trajetórias identitárias possibilita, segundo Coutinho (2009, p. 200), evidenciar “a relação indissociável entre as identidades pessoais e coletivas”. Nessa perspectiva, as trajetórias das trabalhadoras domésticas entrevistadas evidenciam singularidades, não sendo possível generalizá-las e, muito menos, reduzi-las. As trajetórias contemplam aspectos do passado das entrevistadas, em relação a sua vida pessoal, familiar, a formação educacional, inserção e permanência no mercado de trabalho. Tendo isso em vista, a divisão e síntese apresentada na sequência tem função de situar suas histórias de modo a revelar convergências e divergências nos percursos e vidas cotidianas das participantes, com destaque para as dissonâncias da história do único homem entrevistado, o diarista Charles¹.

No período em que as entrevistas foram realizadas, o trabalhador doméstico Charles estava com 31 anos, solteiro, não possuía filhos e havia iniciado sua ocupação como diarista há cerca de um mês, tendo uma renda mensal média de mil reais, oriunda de seus serviços como diarista. Charles não possuía carteira de trabalho assinada e se apresentava como profissional autônomo. Em sua trajetória educacional concluiu o segundo grau e dois cursos técnicos. O participante apresentou uma extensa transição entre empregos em diversas regiões do país, que giravam em torno de sua formação técnica, ligada a empresas de pequeno e grande porte. O seu primeiro trabalho como autônomo foi como diarista.

As demais entrevistadas, todas mulheres, apresentaram histórias com características heterogêneas, apesar de algumas similaridades. Suas idades variavam entre 34 e 63 anos. Dentre as nove mulheres, quatro possuíam ensino fundamental completo e uma incompleto; outras duas finalizaram o ensino médio e duas o ensino superior. Cinco estavam casadas, uma estava divorciada, uma era viúva e duas estavam solteiras. Todas possuíam filhos. As rendas mensais variavam entre R\$1.200,00 e R\$4.000,00, com exceção de uma diarista que possuía renda aproximada de R\$440,00. Apenas duas diaristas não eram as

1 Todos os nomes apresentados são fictícios.

principais encarregadas pela renda familiar em seus lares. Com exceção de 2 entrevistadas, todas atuam nos serviços domésticos há muitos anos.

As análises sobre trabalho e vida cotidiana das diaristas dizem respeito as relações estabelecidas no dia a dia de vida e de trabalho das trabalhadoras, entre essas, as atividades realizadas, as rotinas, as relações e demais elementos que constituem a vida das mesmas. As diaristas exercem atividades sem vínculo empregatício formalizado, faxinam diversas casas por semana, conforme agendamento prévio acertado com seus contratantes. Dentro dessa diversidade, em algumas residências realizam “faxinas fixas”. Nesses espaços de trabalho foi possível identificar a presença de astúcias em estabelecer regras próprias com certa autonomia para darem conta da sobrecarga de trabalho.

Por meio do acompanhamento de parte de suas rotinas descritas em suas narrativas, da agenda colorida e das fotografias produzidas podemos observar que as diaristas, em geral, valorizam o trabalho doméstico informal por ser flexível, visto que possuem maiores possibilidades para adaptarem o seu dia a dia de trabalho com outras dimensões de sua vida, como família, lazer, projetos etc. Outra questão é que não colocam a atividade de diarista como única possibilidade de emprego, como no caso de Ágata, em que seu anúncio de divulgação é amplo, “eu sou cozinheira, diarista, motorista também, passeadora de cães”.

Contrapontos entre o trabalho doméstico feminino e masculino

A partir das análises das trajetórias e da vida cotidiana das participantes deste estudo, será discutido como os processos se entrelaçam e se contrapõem a partir da perspectiva entre o trabalho doméstico desenvolvido por mulheres e aquele desenvolvido por homens.

O primeiro aspecto observado foi que todas as mulheres se referem aos empregadores/as como “patroa” ou “patrão”. De acordo com o dicionário a palavra “patrão” origina-se do latim *patronus* e significa protetor/defensor. Essa palavra era utilizada pelos romanos para designar aquele que protegia os plebeus em troca de favores políticos (Ferreira, 2010). No Brasil, com a colonização europeia e herança escravocrata, a palavra é utilizada para se referir ao chefe, aquele que ocupa o lugar de dono da casa onde os serviços trabalham. Como já colocado, na escravidão a relação entre o “patrão” e “escravos/as” fundamentava-se na oferta de benefícios e não de remuneração pelos serviços prestados (Teixeira, Saraiva & Carrieri, 2015).

Nesse sentido, foi possível identificar traços da herança escravista, uma vez que a troca de favores entre domésticas e suas “patroas” são práticas extremamente comuns e tomadas como naturais entre a gama de atividades desenvolvidas entre as mulheres (Brites, 2007). Observa-se na fala da entrevistada Maria, quando se refere a uma das casas em que trabalha: “essa aqui eu não trabalho sempre, só de vez em quando, quando ela precisa, eu ajudo”. Se, hipoteticamente, substituíssemos a “patroa” por alguma vizinha ou familiar de Maria, não seria uma questão contraditória, uma vez que muitas mulheres constroem redes de colaboração mútua entre vizinhas e familiares. Assim, a fins

de conciliar demandas domésticas diversas, as mulheres se “ajudam quando precisam” uma das outras. Porém, ao se referir assim ao seu trabalho remunerado, Maria remete a uma relação baseada em “troca de favores”, em que não considera o serviço prestado enquanto uma atividade de trabalho na qual é contratada e paga para realizar. Outro exemplo é o caso de Fernanda, a qual realiza faxinas fixas na casa de estudantes universitários e tem uma relação afetiva muito forte com eles: “Tem vários que me chamam de mãe preta, já me pegaram pra mãe”. Fernanda se refere aos seus contratantes colocando-se no papel de “amiga/mãe” que os cuida, os escuta e os orienta, configurando uma relação para além da faxina. Nos dois casos a prestação de serviços domésticos assumiria, no discurso das entrevistadas, formas aparentemente não mercantis, como a ajuda ou o cuidado materno. Conforme aponta Brites (2007), as relações de servidão revelam-se nas negociações de pagamento extra-salariais, como nas relações afetivas de cuidado ou troca de favores, entre outras coisas.

Por outro lado, Charles refere-se aos seus empregadores como “clientes”, como podemos observar em sua fala: “Aí eu chego na casa do cliente, a gente já fez todo o contato por e-mail, já passei, já sei o que é para fazer de serviço, tenho uma conversa rápida com o cliente e aí começo a trabalhar”. Segundo Ferreira (2010), “cliente”, também com origem no latim “cliens”, designa alguém que estabelece relações de troca com o “patronus”, mas adquire o sentido de troca mercantil. A terminologia “cliente” é utilizada no sentido comercial e/ou formal de comprador ou usuário de bens ou serviços, distanciando-se daqueles que o contratam, ou ainda, de um contexto de relações escravistas. Neste caso, a relação assume um caráter mais distanciado e formalizado, em que não há espaço para “troca de favores” ou “cuidado afetivo” sem acordo prévio ou remuneração.

Nos momentos de tempo livre, as diaristas mulheres desenvolvem o trabalho doméstico não remunerado em suas residências e não são remuneradas por este trabalho, mesmo que absorva grande tempo/energia de suas vidas, caracterizando a clássica dupla jornada de trabalho. Por outro lado, em seu tempo livre, Charles cobra pelas atividades domésticas efetuadas por ele em sua própria residência. O entrevistado divide um apartamento com duas estudantes universitárias e para ele qualquer afazer doméstico requer remuneração, pois considera um trabalho com valor e por isso consiste em uma relação de troca:

Agora eu já negocieei com as meninas, elas vão me pagar e eu vou fazer toda a limpeza (...). Elas vão pagar a internet e a TV a cabo e eu vou fazer a faxina a cada 10 dias em casa. Eu vou pagar aluguel, água e luz (Charles).

Em contrapartida, a naturalização do trabalho doméstico enquanto atribuição inerente às mulheres é evidente nas falas das entrevistadas. Janaína, por exemplo, se refere ao seu trabalho em casa como algo natural:

Cuido da casa (...) Normalmente eu levanto cedo, porque assim ó segunda a sexta eu levanto 4 horas da manhã, aí

sábado e domingo é por minha conta, eu não tenho hora assim... mas certamente antes as 7 (...) cuido da roupa, fazer almoço, dou uma geralzinha na casa (Janaína).

Desse modo, o trabalho diário de todas as entrevistadas, assim como Janaína, é caracterizado pela dupla jornada, a qual no caso das diaristas, implica mais um turno da mesma atividade laboral, porém realizada não remuneradamente (Soratto, 2006). São tarefas pouco visíveis na esfera da vida privada, consideradas, como obrigação, “que só por razões afetivas as mulheres prestam aos demais seres humanos” (Bandeira & Melo, 2013, p. 38). Nas falas de Charles e Janaína, vemos o contraponto entre uma troca mercantil e uma troca afetiva, ambas visibilizadas nas distintas modalidades de compreender a realização dos afazeres domésticos em suas residências.

Mesmo com as progressivas conquistas de direitos das mulheres, em que fizeram que o espaço privado, da casa, deixasse de ser seu domínio exclusivo (Caponi, 2006), as assimetrias continuam, pois as atividades de conciliação entre o trabalho remunerado e as atividades domésticas nos lares apontam para uma desigualdade relacionada ao tempo social dos homens e das mulheres, que pode ser designada, entre outras coisas, como divisão sexual do trabalho. Segundo Ávila (2009), as tarefas domésticas correspondem inteira e/ou exclusivamente aos deveres das mulheres.

Tais divisões intensificam-se com o desenvolvimento histórico do sistema capitalista, em que “a relação do trabalho assalariado não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico” (Ávila, 2009, p. 89). As distintas demarcações entre a dupla jornada são de ordem do gênero e do trabalho nas sociedades capitalistas, as quais são constituintes das relações sociais de todas as entrevistadas.

Uma situação em comum encontrada em Charles e nas entrevistadas com ensino superior completo foi que atribuíram ao trabalho de diarista algo provisório, isto é, enquanto planejam e/ou buscam outras atividades, não estão ligadas a sua ocupação atual. Charles, por exemplo, utiliza o trabalho doméstico como forma temporária de sustento até viabilizar a realização de um projeto relacionado à sua formação técnica:

Pela minha formação, eu tenho vontade de trabalhar e desenvolver projetos na área de energia elétrica [...] área elétrica e ambiental, são duas áreas que eu tenho mais interesse em trabalhar hoje. Então é nisso que eu me foco, então eu pretendo estar em uma dessas áreas no futuro. Se não der certo a gente vai faxinando, faxinando (Charles).

Amélia busca um emprego como professora de educação básica e pretende investir em projetos como voluntária, pois “a sociedade ainda olha [a empregada doméstica] com desprezo. A falta de confiança é uma coisa muito séria”. Já Sabrina planeja abrir uma empresa de música junto ao marido. De forma sumarizada, as

demais diaristas entrevistadas apresentam projetos direcionados à família, especialmente aos filhos, e não revelam, tal como encontrado na pesquisa de Coutinho et. al. (2013), projetos laborais mais estruturados, evidenciando a centralidade dos cuidados familiares em suas vidas. Nesta direção, Leal e Leal (2013) apontam em seu trabalho que, no que diz respeito ao avanço do papel mulher-mãe, verifica-se uma sobrecarga de estereótipos e obrigações e a função primordial de cuidar dos filhos ainda recai primordialmente sobre a mulher. Ainda, de acordo com os autores, em muitos casos a mulher-mãe é a principal ou única mantenedora do lar, ocorrendo as múltiplas jornadas.

Quando questionado/as sobre as razões de o trabalho doméstico ser exercido, predominantemente, por mulheres, o discurso do/as participantes geralmente reproduzia a naturalização da posição feminina na sociedade. Esses discursos evidenciam que "... apesar do avanço do movimento de mulheres, a percepção da sociedade sobre o trabalho doméstico não se alterou, sua realização permanece uma obrigação feminina" (Melo & Thomé, 2018, p. 116).

Sabrina, ao dizer que considera o trabalho doméstico uma ocupação predominantemente feminina, afirma que já trabalhou em outro tipo de ocupação em que era a única mulher do serviço, e que "*nessa área, às vezes o cliente não acredita em ti, acha que você não sabe e você tem que provar [que] sabe e sabe bem o que você tá falando, entendeu?*"; Maria, por sua vez, fala que as mulheres trabalham mais como domésticas do que homens por serem mais "pacientes e toleráveis com as coisas"; Janaína, considera o trabalho doméstico como um "serviço para mulheres" e, ao ser informada da existência de trabalhadores domésticos homens, diz que "*eu acho até muito estranho isso, acho que homem... não é pra ele essa profissão [...] eu não concordo com isso aí, isso é um serviço pra mulher que também acho que deve acabar um dia, né? Tem que acabar, eu acho, a gente sabe que não vai acabar, mas deveria acabar, é muito patrão explorando empregado sabe? Muita exploração nisso aí*". Semelhante às respostas de Janaína, a entrevistada Emília também atribui o trabalho doméstico como serviço de mulher, pois "*a mulher é jeitosa*". A naturalização do trabalho doméstico enquanto uma atividade feminina é reafirmada pelas próprias trabalhadoras. Rosa diz que "*mulher tem mais detalhe, mais, né, mais organização, porque o homem ele faz, mas ele não tem os detalhes da mulher, né. Vamos supor que tu vai limpar o banheiro, botar, arrumar uma toalha, ou tu vai ali tirar o pó de tudo, ajeitar, deixar tudo organizadinho, o homem já é mais bruto pra fazer isso*".

Para Charles, o trabalho doméstico é majoritariamente ocupado por mulheres pois "*Antigamente a mulher era dona de casa e passou a ter a necessidade dela trabalhar ou dela ter uma renda, aí ela começou a desenvolver essas atividades fora*". Ágata, por fim, diz que "há controvérsias" em mulheres trabalharem mais em serviços domésticos remunerados, e que "*existe a possibilidade do homem trabalhar como doméstico, porém isso não é explorado*". A fala dessa entrevistada aponta para possíveis avanços em relação à visão de atribuir o trabalho doméstico apenas às mulheres.

Deparando-se com este horizonte de falas das/o entrevistadas/o acerca do papel feminino e masculino do trabalho doméstico, evidencia-se a reverberação de

discursos naturalizantes e essencialistas das atribuições cristalizadas de gênero no contexto desta ocupação. Embora este tema venha ganhando maior visibilidade na mídia e as trabalhadoras domésticas tenham conquistado avanços nas legislações trabalhistas, há ainda um longo caminho a ser percorrido.

Considerações Finais

Este estudo buscou evidenciar alguns contrapontos entre o trabalho doméstico feminino e masculino, pontuando diferenças históricas que os constituem sob a ótica das relações de gênero no sistema capitalista a partir dos resultados de uma pesquisa com diaristas. Tais diferenças históricas explicam as diversas formas de discriminações sofridas por mulheres, inclusive no âmbito do trabalho doméstico. Ainda, coloca-se em questão um mundo em que a categoria trabalho se (re)estrutura tão rapidamente e o trabalho doméstico continua sendo assunto majoritariamente de mulheres.

As diferenças identificadas nas falas das/o diaristas, quando se referem aos seus empregadores como “patrão/patroa” ou “cliente”, apontam para formas específicas de relações que se estabelecem no cotidiano de trabalho. Ou seja, as mulheres, ao nomearem o/a contratante como “patrão/patroa”, ocupam uma posição de servidão, o que denota uma relação de poder na qual a mulher assume um lugar hierárquico inferior, o qual seria condizente com uma suposta “natureza feminina”. Já ao nomear o/a contratante/a como “cliente”, Charles procura estabelecer uma relação mercantil de prestação de serviços, a qual permitiria mais horizontalidade. As distintas nomeações dos contratantes/as revelam diferentes posições ocupadas nas relações de trabalho por homens e mulheres no exercício do trabalho doméstico remunerado.

As diferenças entre o participante homem e as mulheres entrevistadas também se evidenciam no trabalho doméstico não remunerado exercido em suas próprias residências. As falas de todos revelam a persistência de estereótipos sociais, por meio dos quais as mulheres são, ainda hoje, responsabilizadas pelos cuidados familiares. Assim, nossas entrevistadas se desdobram para cuidar de suas casas e famílias nas madrugadas e finais de semana, sem qualquer reconhecimento ou remuneração. Já nosso entrevistado recebe contrapartidas para fazer o trabalho doméstico em sua residência, considerado por ele também como uma relação de troca.

A clássica atribuição do trabalho doméstico às mulheres ficou também evidenciada nas falas do/as participantes, com discursos que reproduzem atributos essencializantes do feminino. A persistência de hierarquias de gênero nas práticas e discursos do/as diaristas reitera a importância de discussões acerca do trabalho doméstico, remunerado e não remunerado, em nossa sociedade. Assim, a promoção de mudanças estruturais necessárias na divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres em nossa sociedade implica também em transformações nos modos de subjetivação produzidos na vida cotidiana das pessoas. O presente estudo buscou lançar luz nos contrapontos de gênero presentes no cotidiano do trabalho doméstico. Enfatiza-se a necessidade de maiores discussões da

problemática de gênero e processos de subjetivação no contexto do trabalho doméstico remunerado e não remunerado.

Agradecimentos

Ao povo brasileiro, quem mantém a instituição CNPq, Capes e UFSC, pelo apoio financeiro e pela estrutura.

Referências

- Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 94(236), 299-322.
- Antunes, R. (2009). *Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (2a ed). São Paulo, Boitempo.
- Ávila, M. B. M. (2009). Divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico. In: Maria Betânia de Melo. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência* (pp.89-144). Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Bandeira, L., & Melo, H. P. (2013). A divisão sexual do trabalho: trabalho doméstico remunerado e a Sociabilidade das relações familiares. *Gênero*, 13 (2), 31-48.
- Borges, R. C. P. & Coutinho, M. C. (2011). Cenas de trabalho: a fotografia como recurso metodológico para expressar os sentidos do trabalho juvenil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63 (spe.), 38-48.
- Brites, J. (2007). Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, 29(no.spe), 91-109.
- Brites, J. (2013). Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 422-451.
- Brites, J., & Picanço, F. (2014). O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*. 19(31), 131-158.
- Brasil (2015). *Lei complementar nº 150/2015*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm
- Caponi, S. (2006). Sobre as guerras e fantasmas: o feminino e a distinção entre público e privado. In: Minella, L. S.; & Funck, S. B. (Orgs), *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*. Florianópolis, (p. 363). Florianópolis: Ed. da UFSC.

- Coutinho, M. C. (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 189-202.
- Coutinho, M. C., Borges, R. C., Graf, L. P., & Da Silva, A. S. (2013). “Todo dia uma casa diferente”: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1125-1138.
- Diogo, M. F. (2012). Savoir-faire feminino e sua apropriação profissional pelo olhar das relações de gênero. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 30, n. 71, p. 731-743.
- Ferreira, A. B. de H. (2010). *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa* (8a. Ed). Curitiba: Positivo.
- Fontoura, N., Lima, A. T., & Cherfem, C. (2015). Alterações recentes no mundo do trabalho, segundo marcadores de gênero e raça. In: André Calixtre; Fábio Vaz (orgs.). *Nota Técnica: PNAD 2014 – breves análises*. (N. 22). Brasília: IPEA. 31-37. Recuperado em 04 de fevereiro, 2016, de <http://www.ipea.gov.br>.
- Ipea. (2017). *Retrato das desigualdades de Gênero e Raça*. Brasília. Recuperado em 05 de agosto, 2017, de http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526.
- Leal, J. S. & Leal, R. A. S. (2013). O papel do serviço social diante da problemática de gênero e o mito da maternidade. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, 13(2), 149-180.
- Matsumoto, S. D. (2017). *O trabalho doméstico remunerado e feminino: rupturas e continuidades*. Dissertação (Mestrado). Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Melo, H. P. de & Thomé, D. (2018). *Mulheres e o poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Ed.
- Nascimento, M. V. (2017). Diarista: empregado, eventual ou autônomo? O dilema permanente da Justiça do Trabalho. *Revista do Direito UPIS*, 7(no.spe), 21-41.
- Quirino, R. (2015). Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. *Trabalho e Educação*, 24(2), 229-246.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Soares, D. H. P.; & Costa, A. B. (2011). *Aposentação: aposentadoria para ação* (1a ed). São Paulo: Vetor.

Soratto, L. H. (2006). *Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de Brasília, Brasília.

Teixeira, J. C., Saraiva, L. A. S, & Carrieri, A. P. (2015). O lugar das empregadas domésticas. *Revista Oes*, 22 (72), 161-178.